

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.657 - BA (2017/0075079-4)**

EMBARGANTE : POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA

ADVOGADOS : PATRÍCIA MACHADO DIDONE - BA016528

ANNA TEREZA ALMEIDA LANDGRAF E OUTRO(S) -  
BA019538

EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Opostos embargos de declaração, aponta a parte embargante contradição na decisão embargada relativamente à existência de prequestionamento da matéria relativa à incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-família, conforme o seguinte trecho da petição (fl. 405):

Acontece que, ao contrário do quanto informado na decisão ora recorrida, houve sim pronunciamento expresso do Tribunal a quo - Tribunal Regional Federal da Região - sobre o tema, algo que se constata facilmente na ementa do Acórdão:

EMENTA PREVIDENCIÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL — EMPREGADOS CELETISTAS - 15 DIAS ANTERIORES AOS AUXÍLIOS DOENÇA/ACIDENTE — TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - ABONO DE FÉRIAS - SALÁRIO MATERNIDADE - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS — AVISO PRÉVIO INDENIZADO E O REFLEXO NO 132 - AUXÍLIO CRECHE - SALÁRIO FAMÍLIA — RE 566621/RS: APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARA AÇÕES REPETITÓRIAS AJUIZADAS A PARTIR DE 09 JUN 2005 — APELAÇÃO DA IMPETRANTE NÃO PROVIDA — APELAÇÃO DA FN E REMESSA OFICIAL, PROVIDAS, EM PARTE.

(...)

5. A jurisprudência do STJ é no sentido de que o pagamento de horas extraordinárias e salário família integram o salário de contribuição, em razão da natureza remuneratória, sujeitando-se, portanto, à incidência de contribuição previdenciária.

Aponta também omissão e contradição relativamente ao abono de férias.

Intimada, a parte embargada não apresentou impugnação.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração merecem parcial acolhimento. Não quanto a indicação de contradição.

A contradição que vicia o julgado de nulidade é a interna, em que se constata uma inadequação lógica entre a fundamentação posta e a conclusão adotada, o que, a toda evidência, não retrata a hipótese dos autos. Nesse sentido: EDcl no AgInt no RMS 51.806/ES, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 16/5/2017, DJe 22/5/2017; EDcl no REsp 1.532.943/MT, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 2/6/2017. Afastada assim, a existência de contradição na decisão.

Merecem acolhimento os embargos entretanto quanto à alegação de omissão, na medida que a Corte *a quo* tratou da matéria relativa a incidência de contribuição previdenciária no salário-família de modo a afastar o óbice da ausência de prequestionamento, conforme se percebe do seguinte trecho do acórdão (fl. 238):

O art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91 enumera as verbas excluídas do salário-de-contribuição e, conseqüentemente, da incidência de contribuição previdenciária, dentre as quais não se incluem as horas-extras e o salário família. Nessa linha, é iterativa a jurisprudência do STJ no sentido de que o pagamento das referidas verbas integra o salário de contribuição, em razão, da natureza remuneratória, sujeitando-se, portanto, à incidência de contribuição previdenciária. Este, o entendimento do STJ e deste TRF1:

Assim, posso a integrar a decisão embargada com os seguintes fundamentos.

Apesar do nome, o salário-família é benefício previdenciário (arts. 65 e ss. da Lei n. 8.213/1991), não possuindo natureza salarial (REsp 1.275.695/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 31/08/2015), de modo que não integra a base de calculo da contribuição previdenciária (salário-de-contribuição). Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. 15 DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA, AVISO PRÉVIO INDENIZADO, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS, VALE-TRANSPORTE, SALÁRIO-FAMÍLIA E FÉRIAS INDENIZADAS. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. No julgamento de recurso especial representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC/73), a Primeira Seção desta Corte Superior firmou o entendimento de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado e os quinze dias que antecedem o auxílio-doença (REsp 1.230.957/RS).

3. As Turmas que compõe a Primeira Seção do STJ sedimentaram a

orientação segundo a qual a contribuição previdenciária não incide sobre o auxílio-transporte ou o vale-transporte, ainda que pago em pecúnia. Precedentes.

4. Apesar do nome, o salário-família é benefício previdenciário (arts. 65 e ss. da Lei n. 8.213/1991), não possuindo natureza salarial (REsp 1.275.695/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 31/08/2015), de modo que não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária (salário-de-contribuição). 5. Por expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei n. 8.212/1991), não incide contribuição previdenciária sobre as verbas pagas a título de férias indenizadas (AgInt no REsp 1581855/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 10/05/2017).

6. Recurso especial desprovido.

(REsp 1598509/RN, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 17/08/2017)

Assim, na decisão embargada, onde se lê:

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ.

Leia-se:

Ante o exposto, conheço do recurso especial para dar-lhe parcial provimento para afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-família. A fixação dos honorários deve ser realizada nas instâncias de origem.

Ante o exposto, acolho parcialmente o embargos de declaração para integrar a decisão embargada, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator